

Não há luz no fim do túnel da crise

É o que diz o ministro francês do Planejamento, Michel Rocard. Reali Júnior, de Paris

Quem fizer qualquer prognóstico sobre o fim da crise no Brasil, na França ou em qualquer parte do mundo estará simplesmente chutando alto. As autoridades brasileiras procuraram, durante algum tempo, encobrir a verdadeira extensão da situação econômico-financeira brasileira, muito mais grave do que vinha sendo apresentada. Agora, se algum iluminado anunciar uma data para o início de uma nova fase de expansão estará apenas desenvolvendo um exercício de futurologia. Um exemplo de que isso é verdade é o pronunciamento do ministro do Planejamento da França, o economista Michel Rocard, que afirmou que "ninguém pode de forma responsável anunciar uma data precisa para o fim desse período de dificuldades". Rocard, tido como a ovelha negra do governo socialista francês, vê com certa satisfação seus colegas de administração francesa adotarem as teses de austeridade que defendeu e pregou desde o início.

Primeiros resultados

Quando Mitterrand e Mauroy se instalaram no poder na França desprezaram completamente a orientação preconizada por Rocard que defendia a necessidade de "administrar a crise" como melhor forma de esperar que a "tempestade amainasse". Optaram por uma política de facilidades, acreditando que os demais países europeus pudessem acompanhar a França na sua tentativa de relançamento da economia. Mas isso já pertence ao passado e já há alguns meses o governo francês retificou sua "linha de tiro", assimilando teses defendidas não só por Michel Rocard, mas também por outros socialistas ilustres, entre eles, o recentemente falecido Pierre Mendes France. Esse realinhamento da política econômica francesa, cujo ministro da Economia, Jacques Delors, defendeu com igual entusiasmo, ameaçando mesmo demitir-se, começa a apresentar alguns resultados positivos, entre eles o controle da inflação que registrou uma queda de alguns pontos, 13,5% em 81 para apenas 9,8% em 82. Em alguns setores a economia francesa começa a comportar-se melhor de que seus vizinhos europeus. O nível de desemprego tem-se estabilizado nos últimos meses, enquanto que em países como a Alemanha Federal continua elevando-se perigosamente. Em outros, entre eles, comércio exterior, os

resultados ainda são decepcionantes, mas esforços estão sendo feitos atualmente. Isso tem sido feito graças ao esforço e sacrifício da maior parte da população, entidades de classe, como sindicatos patronais e de trabalhadores. As principais centrais sindicais, mesmo contrariadas, admitiram a política de austeridade, o que pode ser constatado pelo pequeno número de conflitos sociais se comparados com o passado. Em relação aos sindicatos patronais, estes também participam do esforço e sacrifício, suportando uma pesada carga fiscal que, segundo o próprio governo, atingiu seu limite máximo. E por isso que as mais recentes medidas governamentais se destinam a aliviar um pouco os encargos das empresas para permitir novos investimentos.

Todas essas medidas, entretanto, destinam-se a criar condições para o país suportar esse período de crise que ninguém sabe quando vai terminar. O governo procura manter o poder aquisitivo das classes mais desfavorecidas, mas não esconde que vai exigir um sacrifício suplementar dos que se encontram em melhores condições, as classes média e alta. É por isso que o ministro do planejamento, agora mais à vontade num governo que o marginalizou no primeiro ano da administração, fala francamente que "o futuro não se apresenta cor-de-rosa, mesmo se a França dá sinais de melhor resistir do que seus vizinhos". Procurando manter-se fiel à sua linguagem inicial, Michel Rocard não concorda com a previsão do primeiro ministro, Pierre Mauroy, que admite o fim da política de rigor econômico no final do ano: "Por enquanto, ninguém se pode pronunciar sobre uma data precisa".

Mercado negro

Enquanto isso, o governo tem procurado reforçar seus dispositivos fiscais e sociais. Um deles diz respeito ao chamado mercado negro do trabalho, avaliado globalmente em mais ou menos cem bilhões de francos, o equivalente à atividade do setor automobilístico na França. O custo dessa atividade clandestina custa à previdência social francesa cerca de 25 bilhões de francos e ao tesouro, outros dez bilhões de francos por ano. Segundo as últimas estimativas, os 800 mil trabalhadores que desenvolveram atividades no mercado negro no ano passado receberam

de mão a mão dez bilhões de francos, o correspondente a 3% dos salários da população ativa.

Para coibir o trabalho negro é que o governo adotou uma série de medidas restritivas em relação à entrada de estrangeiros no país. Mas o controle da imigração não é o único fator do desenvolvimento dessa economia paralela.

O exemplo mais significativo de trabalho negro na Europa é a Itália, onde se calcula que um terço dos italianos trabalham a domicílio, o que não deixa de ter aspectos positivos para alguns economistas que consideram que esse tipo de trabalho pode tornar-se uma válvula interessante em épocas de crise que permite equilibrar o comércio exterior, mesmo desequilibrando toda a política de previdência social. Alguns historiadores, entre eles o francês Fernand Braudel, têm citado a tradição do trabalho negro italiano como um fator positivo da economia desse país. Calcula-se atualmente que existam 18 mil empresas não declaradas na Itália, principalmente no sul, setores de confecção, calçados, componentes eletrônicos, etc. No Sul do país verifica-se também a existência de milhares de pessoas, muitas vezes funcionários públicos a meio período que, no período de folgas, se transformam em pedreiros, carpinteiros, encanadores. O economista Alain Minc trata desse assunto em seu livro "O Após-Crise Começou", lembrando que esse trabalho "subterrâneo" desenvolve-se nas unidades da economia oficial, sendo que a rejeição de custos fiscais e sociais acaba facilitando uma ambição agressiva de expansão.

Em compensação, nesse país, existe uma cobertura do desemprego em razão do número reduzido de trabalhadores que recolhem suas contribuições para a previdência social. Os próprios meios patronais estão conscientes da necessidade desse trabalho clandestino, acreditando que sem ele os produtos italianos seriam facilmente eliminados dos mercados estrangeiros. Essa é uma das vantagens dos custos italianos em relação aos de seus vizinhos da Europa, do Mercado Comum e que tem permitido um comportamento relativamente bom do comércio exterior italiano se comparado com os resultados do francês nos últimos anos.